

2

Populismo e luta de classes

2.1.

A Escola de Sociologia Paulista

Neste capítulo, analisarei o pensamento de dois expoentes da Escola de Sociologia da USP, Francisco Weffort e Octavio Ianni, em suas análises sobre o populismo no período de 1945 a 1964. Será dada ênfase às idéias discutidas em *O populismo na política brasileira* (Weffort, 2003), publicado em 1978, e *O colapso do populismo no Brasil* (Ianni, 1975), publicado em 1968.

Os sociólogos de São Paulo eram um produto, por excelência, da universidade, e reivindicavam para si o caráter puramente acadêmico ou científico. A interpretação paulista adotou uma perspectiva cosmopolita e enfatizou o conflito das classes, rejeitando a possibilidade de acordos nacionais (Bresser-Pereira, 2005: 205-207). É sobejamente conhecida a relevância que teve a Escola de Sociologia Paulista, não somente por razões históricas, uma vez que foi na USP que se realizaram as primeiras tratativas no sentido da institucionalização desta disciplina como profissão acadêmica no Brasil, como pela considerável quantidade e qualidade de pesquisas e publicações nesta área de estudo.

Um elemento que considero de fundamental importância para o melhor entendimento das preocupações acadêmicas dos intelectuais da Escola de Sociologia Paulista é o fato de eles estarem situados no epicentro da industrialização e das conseqüentes mudanças sociais no país. Isto influenciaria fortemente o foco de suas análises:

Depois de uma fase de estudos centrada na escravidão, passariam a se colocar, quase naturalmente, como seu principal objetivo compreender a industrialização e a mudança social, especialmente em São Paulo. Portanto, esses intelectuais eram expressivos de um ponto de vista em sintonia com a intensa industrialização e urbanização da capital paulista, o que fica evidente na definição de seus objetos de estudo e nos focos analíticos privilegiados nas investigações científicas, a partir do início da década de 1960. (Lahuerta, 2005: 165).

Os nomes de Florestan Fernandes, Francisco Weffort e Octavio Ianni são referências obrigatórias quando se remete à Escola de Sociologia da USP. Florestan Fernandes¹, cuja influência intelectual sobre Weffort e Ianni é notória, e fiel à orientação ideológica que marcou a Escola de Sociologia da USP, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* em 1977, continuava acreditando na visão da luta de classes. Embora não tenha adotado o termo “populista”, admitia a existência de um grau de manipulação das massas populares por demagogos que nada mais seriam do que líderes conservadores como Getúlio, Jango, Jânio, Juscelino e Adhemar:

Resultava uma espécie de tentativa de barganha política, algumas concessões em troca do apoio de massa. Até o momento em que a pressão popular pareceu ameaçar as classes conservadoras, quando se alterou o comportamento e se suprimiu o demagogo e sua função. [...] Realmente, a demagogia aqui sempre foi um instrumental para a dominação burguesa e para o comportamento conservador de outro lado, as massas nunca conseguiram condições de formar suas próprias lideranças e meios de ação. Mesmo o PTB nunca deixou de ser um partido de manipulação das massas populares por políticos de classes média e alta (Fernandes, 2007).

Sendo esta Escola fortemente marcada, no período 1945-1964, pelo pensamento marxista, é lícito argumentar que o sucesso político de Adhemar de Barros e Jânio Quadros junto ao eleitorado de um estado cada vez mais industrializado como São Paulo, trazia preocupações intelectuais aos estudiosos cujo marco teórico estava fundamentado na divisão da sociedade em classes sociais. Bolívar Lamounier considera que os termos “populismo” e “liderança carismática” eram função dos referenciais teóricos sob os quais fossem estudados. Assim sendo, para os autores marxistas, o populismo seria uma forma de liderança que se utilizaria da demagogia para fazer com que os interesses de classe não pudessem ser enxergados (cf. Lamounier, 2005).

É, portanto, importante ressaltar a forte influência que tinha, na época, a perspectiva marxista na produção da Escola de Sociologia Paulista e em boa parte

¹ Florestan Fernandes (1920–1995) nasceu e morreu em São Paulo. Formou-se em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Cursou a pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo. Mestre em Ciências Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política (1947). Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP (1951). Sua obra *A revolução burguesa no Brasil* é considerada um clássico das Ciências Sociais no Brasil.

das Ciências Sociais no Brasil, pois isto se reflete nas análises que Weffort e Ianni fizeram do fenômeno do populismo no período de 1945 a 1964. Eles adotaram prioritariamente a perspectiva marxista nessas análises.

2.2.

Weffort: populismo como expressão de insatisfações

A influência do pensamento marxista², na análise que Weffort³ faz do populismo no Brasil no período de 1945 a 1964 é básica. Destacarei dois conceitos marxistas que perpassam as análises de Weffort. Um deles é o conceito que ficou conhecido como bonapartismo. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 1987), procura explicar as razões de “não-classe” que levaram os camponeses franceses a apoiar Luís Bonaparte:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol e a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade (Marx, 1987: 75).

O conceito de bonapartismo questiona a idéia de que haveria uma correspondência direta entre as classes e o Estado. Teria surgido para tentar

² Karl Marx (1818-1883) nasceu na Alemanha e morreu na Inglaterra. Foi um estudioso e ativista político que tratou de diversos temas políticos e sociais e tornou-se conhecido por suas análises históricas e seus estudos sobre o capitalismo.

³ Professor titular aposentado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Francisco Correa Weffort nasceu em 1937 em Quatá, São Paulo. Foi pesquisador do Instituto Latino-Americano para Economia Social e Planejamento da CEPAL em Santiago, Chile e pesquisador do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Na primeira metade da década de 1990 atuou no Woodrow Wilson Center, Washington, D.C. e no Hellen Kellogg Institute. Ministro da Cultura de 1995 a 2002.

explicar governos nos quais o Estado arbitrava entre diferentes classes proprietárias, apoiando-se em setores não proprietários. Napoleão III teria se apoiado no campesinato para isolar o proletariado. Segundo Weffort, o populismo é um fenômeno político de massas, típico das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização, pautado por uma relação específica entre os indivíduos e o poder político; esse poder é exercido através de um líder tutelador. Weffort afirma que essa dominação é “como uma expressão política de interesses determinados de classe” (Weffort, 2003: 25). E numa clara referência ao conceito de bonapartismo, afirma que “O populismo [...] é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa na qual esta aparece como a imagem desejada para o Estado. [...] A massa volta-se para o Estado e espera dele ‘o sol ou a chuva’” (Weffort, 2003: 38).

Um segundo conceito do pensamento marxista a ser ressaltado é o de alienação⁴, ou ausência de consciência. Weffort argumenta que a ausência de uma consciência de classe marcava o comportamento político das classes populares urbanas durante o período populista: “Seu caráter de massas está condicionado diretamente à heterogeneidade de sua composição, que tanto obscurece uma possível consciência de seus interesses comuns como classe, quanto cria possibilidades de mobilidade intraclasse” (Weffort, 2003: 176). Marx pregava que o capitalismo seria sucedido pelo comunismo, uma sociedade sem classes que surgiria após um período de transição no qual o Estado seria governado por uma ditadura do proletariado. O postulado no qual se baseia o marxismo é o materialismo histórico. Trata-se da aplicação, à história, de uma filosofia geral da natureza e do homem: o materialismo dialético. O método de investigação e produção de conhecimento chamado de dialética hegeliana propunha que a história se daria por posição, oposição, e situação nova, chamadas tese, antítese, e síntese, sempre em constante mudança. Hegel, porém, chegara a um idealismo extremado, no qual o mundo real era a conseqüência e a realização da Idéia, pura e absoluta, existente desde sempre. Os hegelianos de esquerda reagem e propõem a concepção materialista. Nesta, o mundo material era a única realidade. Todos os seres fantásticos, religiosos, seriam o reflexo do seu próprio ser. A consciência e o pensamento do homem eram produtos apenas do homem, ser material, e de um

⁴ Para uma melhor compreensão do conceito marxista de alienação ver: Marx, K; Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

órgão em particular: o cérebro. O materialismo histórico revira a dialética hegeliana, pois não podendo a Idéia, um simples reflexo, ser o móvel da História, este motor encontra-se no mundo material. Marx e Engels afirmam que o indivíduo tem que ser visto nas suas condições materiais de existência. A estrutura econômica é a base real, a infra-estrutura sobre a qual se constrói toda uma superestrutura jurídica, política, intelectual, ideológica. Cada modo de produção determinaria, obrigatoriamente, uma estrutura social, com sua correspondente divisão em classes.

Daí derivariam as organizações políticas, jurídicas, valores, idéias: epifenômenos da infra-estrutura que lhes deu origem. Da mesma forma como o Estado é o Estado da classe dominante, as idéias da classe dominante seriam as idéias dominantes em cada época. As idéias dominantes pareceriam ter validade para toda a sociedade, inclusive para as classes oprimidas. Criar-se-ia a ilusão de que as diversas etapas da vida social resultam de idéias abstratas como, por exemplo, a honra (na sociedade aristocrática), e a liberdade e a igualdade (na sociedade burguesa). A partir desta “ilusão” passa-se a discutir o conceito de alienação. O conceito de alienação pode ser abordado através de uma subdivisão em dois enfoques: o econômico e o político. No econômico argumentar-se-ia que, no capitalismo, o trabalho fabril é não-respeitoso, não-criativo; o proletário é um apêndice da máquina, e seu salário despenca na medida em que a tecnologia e a pressão demográfica fazem dele uma mercadoria facilmente substituível. É um elemento passivo do processo; não concebe a criação e está alheio ao produto do seu trabalho. No enfoque político (ou ideológico), a alienação se dá no momento em que, por não ter consciência de classe, o proletário aceita que o seu destino imutável seja o de vender sua força de trabalho. É justamente a partir desta condição de explorado na produção capitalista que a consciência de classe poderia ser formada. Na sinergia do ambiente da fábrica o operário poderia, em conjunto com seus companheiros, refletir sobre sua condição de explorado. A natureza alienante do seu trabalho e a densificação da massa proletária contribuiriam para isto. A partir desta consciência de classe, e da ação política resultante da vivência em organizações políticas combatentes, o proletariado faria a revolução que, ao coletivizar os meios de produção, acabaria com as classes e, conseqüentemente, com a exploração e a alienação.

O livro *O populismo na política brasileira* contém três artigos que se

tornaram referência para o estudo do populismo no Brasil, no período de 1945 a 1964. O primeiro artigo, *Política de massas*, é de setembro de 1963, “quando o populismo brasileiro era o poder vigente ou, pelo menos, aparentava sê-lo” (Weffort, 2003: 9). O segundo artigo, *Estado e massas no Brasil*, é de 1964, e o terceiro, *O populismo na política brasileira*, foi publicado em 1967.

Pela primeira vez as massas urbanas surgem com liberdade no cenário político brasileiro. A partir da redemocratização, a “democracia defronta-se – apenas começa a instaurar-se no pós-guerra – com a tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político” (Weffort, 2003: 15) e as massas passam a exercer crescente pressão sobre a estrutura do Estado. O autor considera que quando as massas populares urbanas aparecem na história do Brasil, elas se tornam “a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro” (Weffort, 2003: 54). Da observação dos fenômenos eleitorais protagonizados por Vargas, Adhemar de Barros e Jânio Quadros, Weffort constata que:

Com efeito, desde 1945, qualquer político que pretendia conquistar funções executivas com um mínimo de autonomia em relação aos grupos de interesse localizados no sistema partidário, deveria, embora de maneira parcial e mistificadora, prestar contas às massas eleitorais (Weffort, 2003: 20).

O populismo já se manifestava no fim da ditadura Vargas. A primeira forma que tomou uma manifestação populista de massas teria sido o *queremismo*, “designação derivada do *slogan* (‘nós queremos Getúlio’) do movimento de opinião organizado por Vargas ao fim da ditadura” (Weffort, 2003: 47).

Weffort chama a atenção para o papel desempenhado pela pequena burguesia quando esta se devota a um líder populista. O populismo seria uma traição às massas porque, apesar de ter bases operárias, mantinha os limites da pequena burguesia. Ao manter-se dentro destes limites de ação

[...] o populismo é, essencialmente, uma política de transição que conduz inevitavelmente, por meio do desenvolvimento capitalista, ao esmagamento da pequena burguesia pelos grandes capitais. [...]. Na impotência histórica da pequena burguesia está a raiz da demagogia populista (Weffort, 2003: 35).

A tensão entre populismo e nacionalismo, naquele período, está presente nos escritos de Weffort. Na sua crítica ao nacionalismo reformista, Weffort afirma

que este “foi pouco mais que uma forma pequeno-burguesa de consagração do Estado” (Weffort, 2003: 45). Acusa, também, os nacionalistas de não serem capazes de entender o populismo, recusando-lhe um sentido ideológico, “o que significa considerá-lo um fenômeno pré-político ou para-político” (Weffort, 2003: 25). Além do mais, tal como os populistas, os nacionalistas também teriam prejudicado a formação da consciência de classe dos operários e são, por Weffort, responsabilizados pela derrota ante o movimento militar de 1964:

Não há dúvidas de que o nacionalismo obscureceu gravemente o sentido de classe da emergência política das massas, a formação do proletariado no bojo do desenvolvimento capitalista. E pagou por isto, como as próprias massas populares, com a fragorosa derrota de abril de 1964 (Weffort, 2003: 41).

O autor considera importante realçar as diferenças entre populismo e coronelismo⁵. No coronelismo, as relações entre o senhor rural e seus empregados e dependentes estão limitadas ao domínio social e econômico do senhor rural, diferentemente do que ocorre no populismo:

No ‘coronelismo’ as relações são quase políticas: a dependência eleitoral da base é apenas uma dimensão de sua dependência social em geral; no populismo, a relação política é freqüentemente a única. Enfim, o ‘coronelismo’ expressa um compromisso entre o poder público e o privado do grande proprietário de terra; já o populismo é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder em contato direto com os indivíduos reunidos na massa (Weffort, 2003: 28).

As aspirações das classes dominantes, para Weffort, não poderiam ser alcançadas no Brasil de 1945 a 1964 sem que fossem, também, atendidas algumas aspirações básicas das classes populares como “emprego, aumento de consumo e direito de participação nos assuntos do Estado” (Weffort, 2003: 85).

Podemos reconhecer nas interpretações de Weffort a percepção de um vácuo de poder oriundo da deterioração da dominação oligárquica ocorrida na década de trinta, o que ele chamou de crise de hegemonia. Para Weffort, a participação política das classes populares está relacionada “com as condições em que se instala o novo regime e com a incapacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do

⁵ Weffort está usando o conceito de coronelismo desenvolvido por Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto* (Leal, 1975).

Estado” (Weffort, 2003: 72). Dessa forma, “o chefe de Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso [...] e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe de Estado” (Weffort, 2003: 78 e 79).

Faz-se necessário atentar à ênfase que Weffort dá à necessidade de se relativizar tanto a noção de manipulação, quanto a de passividade popular, enraizadas no senso comum, e associadas ao populismo. Weffort considera que a imagem mais adequada para que sejam mais bem compreendidas as relações entre as massas urbanas e os grupos representados no Estado é a de uma tácita aliança entre partes de diferentes classes sociais.

Ele foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado (Weffort, 2003: 71).

Mas a idéia de manipulação está presente nos escritos de Weffort quando se refere ao período da ditadura Vargas. Este criara uma estrutura sindical que ele iria controlar nas próximas décadas, pela via de uma legislação trabalhista para as massas urbanas. Ao firmar seu prestígio junto a estas massas:

Getulio estabelece o poder do Estado como instituição, e este começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira. Relativamente independente desta, com mecanismos de manipulação passa a impor-se como instituição, inclusive aos grupos economicamente dominantes (Weffort, 2003: 55).

A dependência de diferentes grupos em relação ao Estado é uma figura recorrente e básica nos argumentos de Weffort. Com a crise das oligarquias, cria-se um quadro no qual diversos agentes políticos e econômicos que disputam a hegemonia do poder não consigam alcançá-la.

Todos os grupos, inclusive as massas populares mobilizadas, participam direta ou indiretamente do poder: não obstante, como nenhum deles possui a hegemonia, todos o vêem [ao Estado] como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas. [...] Nessas condições, em que nenhum dos grupos dominantes é capaz de oferecer as bases para uma política

de reformas, as massas populares aparecem novamente como a única força capaz de dar sustentação a esta política e ao próprio Estado (Weffort, 2003: 62).

O conceito de “crise de hegemonia” é também desenvolvido por Weffort em *Partidos, sindicatos e democracia* (Weffort, s. d.). Neste livro, ele realça a importância das influências econômicas, políticas e ideológicas durante o período da redemocratização, chamando a atenção para as condições que foram herdadas das estruturas anteriores:

Haveria que considerar em primeiro lugar os efeitos políticos das transformações econômicas que resultando em grande medida de mudanças a nível do sistema econômico internacional, deveriam alcançar na passagem para a segunda metade dos anos 50 seu ponto de inflexão decisivo, assumindo uma importância fundamental na conjuntura política e ideológica vivida pelo país durante a segunda metade do segundo governo Vargas; nos planos político e ideológico, por sua vez, haveria que considerar que a percepção e o comportamento das forças políticas em face das novas tendências econômicas, estiveram decisivamente afetados por heranças do passado, estruturas políticas e concepções ideológicas formadas no longo período de “crise de hegemonia” que marca a história do país desde os anos 20 e 30, ou seja desde as primeiras e fundas fissuras havidas no Estado liberal-oligárquico e no esquema hegemônico das velhas classes agrárias (Weffort, s. d.: 78).

O equilíbrio instável daí decorrente e, primordialmente, a incapacidade de qualquer dos grupos assumirem a representatividade da classe dominante, teria sido uma das características mais marcantes do período da redemocratização. Nestas circunstâncias, as massas populares conquistam uma relevância ímpar. Estaria na fragilidade e ineficiência dos grupos dominantes de assumir, como classe, o poder e as responsabilidades do Estado, a eficácia das lideranças populistas:

Incapazes de legitimar por si próprias a dominação que exercem necessitarão recorrer a intermediários – primeiro Vargas, depois, os líderes populistas da etapa democrática – que estabeleçam alianças com os setores urbanos das classes dominadas (Weffort, 2003: 79).

As massas populares, no entanto, somente poderiam servir de base para a legitimidade do Estado “quando ainda permanece possível o compromisso entre os grupos dominantes” (Weffort, 2003: 63). Mas, a importância política das massas seria função “da existência de uma transação entre os grupos dominantes,

e esta transação agora se encontrava em crise” (Weffort, 2003: 87). E o equilíbrio proporcionado por este compromisso, para Weffort, teria se rompido no processo que culminou com a derrubada do governo Goulart:

O grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu, assim, condenado por todas as forças que o compunha. Condenado pela direita e pelas classes médias que se aterrorizavam ante a pressão popular crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sobre a reforma agrária e com a mobilização das massas rurais pela burguesia industrial, temerosa também da pressão popular e já vinculada por alguns de seus setores mais importantes aos interesses estrangeiros. E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas essas forças, como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas (Weffort, 2003: 88).

O autor não acreditava que, a partir daí, as condições para que fosse exercida a pressão popular sobre o governo pudessem permanecer: “Com efeito, o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo e, deste modo, assinala um ponto de inflexão na história política brasileira” (Weffort, 2003: 65).

2.3.

Ianni e a política de massas

Para Ianni⁶, durante o período de 1914 a 1964 foram criadas as condições institucionais, políticas e culturais para uma sociedade industrializada e de predominância urbana: “entre 1930 e 1964 verifica-se a criação de um vigoroso setor industrial no Brasil. Nessa época, o Estado se torna o centro nacional mais importante das decisões sobre a política econômica” (Ianni, 1975: 27). A partir de 1945 “as massas começaram a participar em algumas decisões políticas e na formulação dos alvos do progresso nacional” (Ianni, 1975: 53). Argumenta que o modelo de desenvolvimento e organização da economia, ao qual chama de getuliano, apoiava-se na substituição de importações. Para isto, fazia-se necessário

⁶ Octavio Ianni (1926-2004) nasceu em Itu e morreu em São Paulo. Graduiu-se na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em Ciências Sociais, onde fez também o mestrado e doutorado. Foi um dos fundadores do CEBRAP. Teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5 em 1969. Voltou a lecionar no Brasil em 1977.

atender ao setor agrário que, na fase inicial do processo, continuaria a prover as divisas a serem usadas em investimentos que demandassem importações.

O conceito marxista de luta de classes é uma importante referência na crítica que Ianni faz da atuação das esquerdas no Brasil no período considerado, notadamente com relação ao Partido Comunista:

A partir de 1945, no entanto, o reformismo predomina, como orientação política interna. Em plano internacional, a primazia cabe à luta contra o imperialismo norte-americano, cujo ponto de apoio interno é considerado o latifúndio. Assim, a luta pelas reformas de base é encarada como caminho mais eficaz para atingir simultaneamente os interesses dos latifundiários, setores da burguesia comercial e os imperialistas. Para desenvolver esta campanha, o PC favorece e estabelece a aliança entre operários, setores da classe média, estudantes universitários, intelectuais, políticos populistas, militares e, principalmente, setores da burguesia nacional. Essa interpretação do desenvolvimentismo nacionalista supunha que os interesses de setores ponderáveis da burguesia industrial pelo mercado interno a colocava em antagonismo com os grupos latifundiários, importador e imperialista. Assim, a frente única, acertada entre esquerda e burguesia, poderia conduzir a luta pelo progresso econômico, a democratização crescente e as conquistas da classe operária (Ianni, 1975: 93).

Ianni interpreta que, na prática, a esquerda adotou a política de substituição de importações como uma etapa do processo de revolução no Brasil. Grave erro, pois a esquerda, ao “adotar e emaranhar-se na política de massas [...] não pode transformar a política de massas em luta de classes” (Ianni, 1975: 93).

A política de massas, o dirigismo estatal, e uma política externa independente eram os elementos fundamentais de um padrão político e econômico consubstanciado na democracia populista no pós-1945. Em Ianni, a política das massas é um elemento crucial no processo de industrialização. Chama a atenção para o que denomina de “núcleo ideológico da política de massas” (Ianni, 1975: 56): o nacional-desenvolvimentismo, com uma crescente participação do Estado na economia, exigência e conseqüência de um programa de nacionalização de decisões.

O fenômeno populista estaria ancorado no binômio industrialização-urbanização. A migração interna seria outro elemento importante para a compreensão da estrutura do populismo. O horizonte cultural daquele migrante que ia para as cidades e para os centros industriais ainda estava marcado por valores e padrões do mundo rural:

Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Este horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório (Ianni, 1975: 57).

Sob o ponto de vista da discussão acerca do nacional-desenvolvimentismo, as interpretações de Ianni são importantes pelo fato de que este debate estava na agenda política e econômica no período que tem sido repetidamente chamado de democracia populista no Brasil. Ianni considera que, a partir da década de trinta, foram quatro os modelos de desenvolvimento presentes na sociedade brasileira: o primeiro é o modelo exportador, que implica hegemonia dos setores agrícolas tradicionais, tendo como contrapartida a importação de produtos industrializados para atender ao mercado interno; depois, temos o modelo de substituição de importações, objetivando “encontrar uma combinação positiva e dinâmica com o setor agrário, encadeando as exigências de divisas com as exigências de investimentos destinados a atender ao mercado interno” (Ianni, 1975: 54); o terceiro seria um modelo que “implica na internacionalização crescente do setor industrial, ao lado do caráter fundamentalmente internacionalista do setor agrário tradicional” (Ianni, 1975: 54); finalmente, o quarto modelo desenvolvimentista seria o socialista.

Pela importância que o modelo de desenvolvimento apoiado na substituição de importações teve no crescimento da nossa economia, destaco a afirmação de Ianni de que “os elementos fundamentais desse padrão político-econômico estão consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945” (Ianni, 1975: 54). Por estar baseado na transferência de divisas do setor agro-exportador para investimentos destinados a atender ao mercado interno, o modelo referido rompia com os até então paradigmas de relações entre o Estado e as forças agrícolas internas. O Estado “com base na política de massas e no dirigismo estatal, estabelece gradações nas rupturas estruturais indispensáveis à sua execução. Fundamenta a política externa independente e implica numa doutrina do Brasil como potência autônoma” (Ianni, 1975: 54).

Para Ianni, o período político que se inicia em 1930 já pode ser entendido como inserido em um contexto populista. A sua forma foi se alterando em função das circunstâncias nacionais e internacionais. A queda de Vargas, em 1945, na

onda de redemocratização do mundo capitalista, abriu espaço para o pluripartidarismo, mas não foi o fim das políticas populistas. Mais que isto, elas foram usadas como forma de legitimar a dominação: a política de massas, diferentemente da política de partidos, “é o fundamento da *democracia populista*, que se organizou paulatinamente nas décadas que antecederam a mudança repentina ocorrida a partir do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964” (Ianni, 1975: 9). Após enfatizar as modernizações nas estruturas sociais, políticas e econômicas em curso, Ianni, em suas conclusões, afirma que o populismo “está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, *o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país*” (Ianni, 1975: 207).

2.4.

Considerações finais

Podemos inferir que a questão do populismo é fundamental para o entendimento do período de 1945 a 1964 no Brasil. A redemocratização, a industrialização e a urbanização que transformaram as estruturas no país trouxeram um eleitor ansioso pelo discurso que os líderes populistas souberam desenvolver.

A sociologia marxista enxergava a modernização e a urbanização como avanços em relação ao Brasil tradicional, onde os conflitos teriam sido acomodados através da conciliação. Os conflitos seriam desejáveis, para trazer novas sínteses. Na visão de Weffort, existe, mesmo no populismo mais ligado à esquerda, um prejuízo fundamental à classe trabalhadora, por colocar a agenda nacionalista como primordial. No Brasil de 1930 a 1945, teríamos uma política híbrida, consequência do estágio inicial da nossa modernização. O populismo corresponderia a uma fase em que se constatava um vácuo político: “*a peculiaridade do populismo vem de que ele surge como uma forma de dominação nas condições de “vazio político”, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la*” (Weffort, 2003: 178).

A política de alianças entre classes é contundentemente atacada pelos

autores, sendo vista como uma das principais causas que levaram à derrota das esquerdas em 1964. Tanto Weffort: “o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo” (Weffort, 2003: 65); “a política nacionalista expiou de várias formas o pecado original da ideologia” (Weffort, 2003: 42), quanto Ianni: “enquanto a esquerda permanecia ao nível da consciência e atuação de massas, nos moldes estabelecidos na democracia populista, ficava-se ao nível das reificações” (Ianni, 1975: 114), atribuem às políticas populistas e nacionalistas forte responsabilidade no golpe militar, pois elas teriam que partir para a luta de classes ou cair.

A ascensão e a queda da democracia representativa no Brasil, no período de 1945 a 1964, sofreram influências externas e internas. No aspecto externo, tivemos, politicamente, a onda democratizante que alcançou a maioria dos países não “socialistas”, no pós-guerra e a subsequente eclosão da Guerra Fria, que traria sua radicalização para a nossa agenda política. Economicamente, vivia-se, nos países industrializados, a época de ouro do *Welfare State*, e sua ideologia planejadora legitimava os defensores do desenvolvimentismo. Internamente, tivemos o efeito de um aumento significativo da participação eleitoral, conseqüência da urbanização e da burocratização do Estado, concomitantemente com instituições tão frágeis que uma das marcas do período é a instabilidade política.

As interpretações de Francisco Weffort e Octavio Ianni apontam, no populismo, para uma atração da classe trabalhadora que não passa pelo plano ideológico, mas, sim, pela política social. No processo de urbanização e industrialização pelo qual passava o Brasil, formavam-se atores sociais qualitativamente diferentes daqueles da Primeira República. Neste novo mundo urbano, o controle político era precário. Quem controlaria essas massas emergentes? O modelo corporativo fortalecia o Estado através da criação dos sindicatos, da possibilidade de intervenção nos sindicatos, e da atuação da Justiça do Trabalho. A classe trabalhadora teria sido encorajada a postergar a busca dos seus interesses mais amplos e se satisfazer com o que seriam, no ponto de vista dos revolucionários, conquistas menores.

Seus trabalhos apontam para uma perplexidade com o fenômeno do populismo, tendo em vista o referencial teórico que ligava industrialização à revolução. Suas interpretações, baseadas nas teorias de Karl Marx, tratam-no

como um obstáculo à conscientização da classe trabalhadora, fortalecendo sua alienação. De acordo com o pensamento marxista predominante à época, na Academia, o progresso decorrente da industrialização criaria entre nós o capitalismo moderno, trazendo, em seu bojo, uma massa de proletários explorados. O populismo, com forte apelo a um desenvolvimentismo que incluía as diferentes classes sociais, ao criar obstáculos à conscientização da classe proletária, trabalharia no sentido de prejudicar o progresso da revolução.

Por outro lado, suas análises têm, entre outras, a virtude de ter chamado a atenção para as imensas transformações que aconteciam, principalmente nos planos social e político. Estas rápidas transformações teriam impedido que o proletariado pudesse amadurecer a consciência de classe que o levaria à criação de organizações partidárias e sindicais “autênticas”, representativas de seus interesses. Estaria, portanto, sujeito a uma relação personalista e demagógica quando se relacionava com lideranças populistas. Os sindicatos, seus órgãos de organização e representação básicos, encontrar-se-iam submetidos à tutela do Estado.

Ao procurar entender como a classe operária teria aberto mão da revolução em favor da reforma, a idéia de *política de massas* permitiu todo um desenvolvimento intelectual que influencia a agenda política brasileira até os dias de hoje. O fenômeno do populismo passou a ser explorado em outras análises, indicando que seu estudo foi, aos poucos, sendo legitimado no debate acadêmico, mesmo quando problematizado a partir de referenciais teóricos diferentes dos adotados pela a Escola de Sociologia da USP, na década de 1960.